

**REDISCUINDO OS COMUNS – A ALTERAÇÃO DO COMUM COMO ESPAÇO  
PARA O COMUM COMO VERBO ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE PIERRE  
DARDOT E CRISTIAN LAVAL**

*REDISCOVERING THE COMMONS - CHANGING THE COMMON AS A PLACE FOR THE  
COMMON AS A VERB THROUGH THE PERSPECTIVE OF PIERRE DARDOT AND  
CRISTIAN LAVAL*

*Mateus Stallivieri da Costa<sup>1</sup>*

*Silvano Denega de Souza<sup>2</sup>*

**Resumo:** Pierre Dardot e Cristian Laval possuem quatro grandes obras lançadas recentemente e que podem ser entendidas como continuas, estando entre elas a *A Nova Razão do Mundo e Comum*. Enquanto o primeiro trata-se de uma crítica a construção neo-liberal que tem sido expandida pela globalização nas últimas décadas, o segundo, em tom também crítico mas de certa forma mais propositivo, expõe uma saída através da ideia do Comum. Seria o Comum como anão visto antes, diferente da ideia das terras comunais ou da construção de um patrimônio internacional comum da humanidade, mas sim o Comum como verbo, surgido do trabalho operário e baseado na noção de co-obrigação entre os trabalhadores.

**Palavras-chave:** Comum; Co-Obrigação; Força Coletiva do Trabalho.

**Abstract:** Pierre Dardot and Cristian Laval have four major works recently released that can be understood as continuous, among them the *New Reason of the World and Common*. While the former is a critique of the neo-liberal construction that has been expanded by globalization in recent decades, the latter, in a critical but somewhat more propositional tone, exposes an outlet through the idea of the Common. It would be the Common as a dwarf seen before, unlike the idea of communal lands or the construction of a common international heritage of humanity, but rather the Common as a verb, arising from labor and based on the notion of co-obligation among workers.

**Keywords:** Common; Co-Obligation; Collective power of work.

Pierre Dardot e Cristian Laval possuem quatro grandes obras lançadas recentemente e que podem ser entendidas como continuas, estando entre elas a *A Nova Razão do Mundo e Comum*. Em entrevista concedida a Daniel Andrade e Nilton Ota<sup>3</sup>, os autores relevam que os estudos surgiram de um grupo constituído na primavera de 2004 com o objetivo de reinterpretar a crítica social Marxista.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em Direito pela UFSC. Advogado. Membro do Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP). E-mail: mateusstallivieri@hmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Direito. Advogado. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Direito Internacional e Sustentabilidade pelo PPGD da UFSC. E-mail: silvano@dca.adv.br

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702015000100275](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100275)

No lançamento do livro *A Nova Razão do Mundo* ambos estiveram no Brasil, Laval participando de palestras em São Paulo e no Rio de Janeiro enquanto Dardot esteve na Bahia<sup>4</sup>. O livro trata-se de uma extensa crítica ao modelo denominado por ambos de Neo-Liberal e que acreditam estar vigente na sociedade atual, analisando assim os autores o que chamam de “Novo Sujeito”. Essa expressão denominaria uma pessoa competitiva, forjado na base do mercado com objetivos expressos de ganhar, vencer e tornar-se “bem-sucedido”. Algumas manifestações desse comportamento são até corriqueiras, como a existência de Reality Shows e o fenômeno do Coach e empreendedorismo. Assim através de uma espécie de “auto-governança” direcionada, esses novos sujeitos seriam mais uma vítima do mercado, em que a estabilidade não seria mais procurada, mas sim uma constante busca por “mais e mais”.

Enquanto a *Nova Razão do Mundo* foca nessa crítica ao sistema Neo-Liberal, em tons de continuísmo do raciocínio, o *Comum* vem para tentar esboçar uma possibilidade de alternativa. Repare na escolha da palavra ESBOÇAR, pois de fato o leitor não conseguirá extrair do texto uma solução pronta, muito menos um direcionamento estável e delimitado, os próprios autores ressaltam a todo momento isso. Não seria um erro afirmar que a obra se aproxima muito mais de uma tentativa de desconstrução do que de fato da construção de uma solução, o que pode inclusive causar em certos momentos uma sensação desconfortável a quem acompanha as mais de 600 páginas da obra.

Em linhas gerais a obra *Comum* trabalha com uma reinterpretação do conceito de comum, famoso pelas áreas comunais da idade média e pelo exemplo do pastoril, descrito na cartilha *Tragédia dos Comuns* de Garret Hardin<sup>5</sup>. Para Hardin, quando dois pastores dividem uma mesma região comum, inevitavelmente a busca por maior rendimento levaria a uma depreciação do pasto, pois como ambos arcam com os prejuízos mas o lucro é individual, a tendência humana seria pela constante exploração, adicionando cada vez mais animais. Trazendo esse exemplo para o contexto global, Hardin via de forma pessimista o futuro da humanidade, adotando uma perspectiva Malthusina de necessidade do controle populacional. Laval e Dardot reconhecem não só parte da crítica de Hardin, como também essa concepção de comum, mas afirmam que não seria a única, muito menos a dominante na história da humanidade.

Laval e Dardot não acreditam na ideia de Comum apenas como uma área comunal, mas também como um princípio, um verbo e uma metodologia de ação. Os autores revelam que

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/04/1759203-pensadores-franceses-lancam-a-nova-razao-do-mundo-no-brasil-leia-trecho.shtml>

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.garretthardinsociety.org/articles\\_pdf/tragedy\\_of\\_the\\_commons.pdf](http://www.garretthardinsociety.org/articles_pdf/tragedy_of_the_commons.pdf)

a dualidade entre público e privado é problemática, pois deixa o Comum, entendido como um ambiente de todos, apenas duas possibilidades, ou é privatizado, como Hardin defendia, ou é estatizado, como defendido pelas ditaduras socialistas. Para eles, nenhuma das duas soluções é aceitável, pois a privatização nada mais do que exclui da possibilidade de uso coletivo e a estatização socialista mostrou-se como um afastamento burocrático da população desses ambientes. Seria necessário construir um sistema onde imperaria o princípio da cooperação, da co-organização e da auto-gestão, onde o por em comum seria princípio e construção coletiva.

Na tentativa imposta pelos autores é necessária uma reconstrução do conceito de Comum, pois a mera definição do mesmo como território não é suficiente para justificar sua alteração para princípio e verbo. A construção do livro é dividida em 3 grandes partes, cada um com uma finalidade específica. A primeira parte consiste em uma análise conceitual do Comum, do surgimento, do entendimento e da construção histórico-social dessa ideia. A segunda parte avança no sentido de delinear os princípios que constituiriam esse Comum como verbo, sendo a última parte, por fim, 9 proposições de instituição do Comum, lembrando que essas não são fechadas ou estáticas, colocando-as como proposições mais de debate do que de fato regras de instituição.

Uma característica marcante da forma de escrita de Laval e Dardot está na utilização quase que dialética de conceitos para formular linhas de raciocínio. A todo momento o meio de construção configura-se da seguinte forma: São apresentados dois conceitos, antagônicos ou não, mas que no momento criam soluções diferentes para determinado problema ou acontecimento. Após uma extensa apresentação de ambos, os autores optam por um e abandonam o segundo, apresentando falhas ou mesmo incoerências na opção abandonada. Apesar de uma forma estritamente didática, isso torna a leitura em certos pontos cansativas, pois o leitor percorre páginas e páginas para descobrir que o conceito não é adequado para a situação. Outro ponto é que a necessidade de abandonar o conceito não utilizado cria em certos momentos um ar quase que de arrogância na leitura, pois são utilizadas afirmações de caráter absoluto como “o autor ignorou tal fator” ou “o pensamento é incompleto/ineficiente”.

Dentro dessa dinâmica, a primeira grande conceituação que precisa ser feita pela obra é justamente a de Comum. Ainda no primeiro capítulo, em seu primeiro tópico, *A Arqueologia do Comum*, é realizado todo um resgate do conceito ao longo da história, passando pela construção romana, pela ligação entre o Comum e a propriedade privada/estatal e até uma crítica relacionada ao abandono atual da doutrina social da igreja. É realizada uma crítica muito firme em relação ao atual estado de defesa do meio ambiente através do termo “Patrimônio Comum da Humanidade”. Para Laval e Dardot, a humanidade não se constitui como uma pessoa

jurídica, de forma que não pode possuir patrimônio. Em sentido contínuo, não existiria a ideia de patrimônio comum, pois se é comum, não pode ser alienável por ninguém, se não é alienável por ninguém, em nada tem de patrimônio.

Os autores passam a afirmar que o comunismo não foi suficiente para estabelecer uma solução para as áreas comunais, pois a interferência estatal chegou inclusive a agravar os problemas, chamando o fenômeno de “A destruição do Comum pelo Estado”. Citando a URSS e a China como exemplos de Estados autoritários e burocráticos, consideram a revolução Húngara como possibilidade de se extrair elementos positivos para análise, principalmente devido aos mecanismos de participação nas políticas públicas não necessariamente ligados a um sistema de partido único. No tópico “*A grande apropriação e o retorno dos comuns*” é traçada uma crítica ao sistema liberal de apropriação dos serviços públicos e áreas públicas, através de um leilão por parte dos Estados para a iniciativa privada. Nesse contexto a palavra Comum precisaria ser reivindicada como uma palavra de ordem, e não apenas mais como um espaço ou lugar.

Partindo da necessidade de reivindicação moderna de Comum, Laval e Dardot passam a tentar demonstrar que essa contestação não pode ser apenas pontual e voltada a elementos específicos, mas sim uma contestação do sistema como um todo. Apesar de avaliarem como positivos movimentos de resistência a ocupação dos comuns, como lutas sindicais anti-privatistas e o *Occupy Wall Street*, ambos tentam demonstrar que os movimentos apresentam essa resistência apenas parcial. Um dos exemplos citados é o que vem ocorrendo no espaço da internet, onde grandes contribuições voluntárias internacionais vêm enriquecendo debates, fontes gratuitas de informação e redes sociais, inclusive insurgindo um movimento anti-patente. Apesar disso, é preciso lembrar da máxima *Code is Speech*, que demonstra que mesmo esses espaços não são de fato livres, mas organizados conforme interesses dentro de algoritmos e códigos pré-definidos, não sendo esse ambiente uma forma de Comum válida para a luta anti-sistêmica.

O modelo capitalista atual também tem realizado certas mudanças comportamentais que induzem os movimentos de resistência a focarem em pontualidades do sistema e não na desconstrução total do mesmo. Um exemplo é a conhecida “nova governança capitalista”, onde o modelo passou a entender o conceito de *Força Coletiva de Trabalho* de Proudhon, investindo agora não no trabalhador como indivíduo, mas na empresa como uma organização coletiva. Isso se dá porque o resultado oferecido pela coletividade é superior a soma do resultado individual de cada trabalhador, sendo necessário um modelo que inclua cada indivíduo de forma não só física mas também psicológica no trabalho, permitindo resultado mais eficientes e por

decorrência maior lucro. Exemplos desse tipo de mudança não faltam, desde as empresas de tecnologia do vale do silício, até as células de empreendedorismo materializadas em *Startups*.

Os autores utilizam assim o primeiro capítulo para apontar a necessidade de entender o Comum não mais apenas como espaço comunal, de todos e para todos, nem apenas como uma palavra de ordem, mas como um princípio, pois qualquer outro entendimento seria apenas progressista ou revisionista, não revolucionário. A segunda metade do livro por sua vez, passa a discutir o formato de concepção desse comum verbo/princípio.

Em um primeiro momento os autores passam a tratar do Comum como inalienável e a desconstruir a ideia de propriedade privada como algo absoluto, mas algo que já vem sendo relativizado. Para os autores a definição do princípio do Comum seria o “por em comum” e não um retorno ao passado ou as ideias de áreas comunais. Seria necessário para a efetivação do comum uma forma de “administração”, mas essa administração não pode ser técnica, ou representativa apenas, pois isso levaria inevitavelmente a absorção do Comum pelo Estado. A solução seria a auto gerencia do Comum por meio da ideia de “Agir Comum”. Em resumo, o Comum seria o princípio da gerência do espaço, por pessoas que agem em comum e interagem pela cooperação, co-organização e cogestão do espaço.

Inevitavelmente um regime Comum necessitaria de regras, regras essas que não poderiam ser postas por um regime externo ao Comum, como no caso de leis estatais. Laval e Dartot, por serem pessimistas em relação ao atual sistema representativo francês, tem dificuldades em acreditar na possibilidade de construção de um sistema positivo de normas através da representação, apostando assim na gerência jurídica do Comum por meio dos costumes e da *Comow Law*. Ressaltam ambos que a *Comow Law* por si não seria o suficiente, pois os costumes não surgem e evoluem de forma natural, eles sofrem impacto de imposições financeiras e de classe. Seria necessário a construção de um sistema de costumes baseado no Direito Consuetudinário da Pobreza, este formulado na ideia de que se o direito costumeiro trabalha para os privilegiados é um mal direito, não devendo ser reconhecido. Dessa perspectiva surgiria o instituto jurídico dos pobres, que seria o elo de ligação entre os marginalizados e os costumes.

A construção desse sistema de costumes surgiria dentro da própria ordem atual de organização dos trabalhadores. Os autores não acreditam na visão apenas pessimista do conceito de trabalho, na verdade defendem, assim como defendia Proudhon, que o ambiente de trabalho também proporciona evoluções pessoais, possibilidade de confraternização, desenvolvimento e inter-relacionamento. Assim, por meio da construção de cooperativas, o trabalhador evoluiria politicamente até tornar-se membro da organização como Comum a ela e

a seus pares. A força coletiva desses trabalhadores, somado com um princípio mutualista entre trabalhadores e posteriormente entre cooperativas permitiria o avanço do Comum como forma de emancipação.

Laval e Dardot defendem então que a eliminação do capitalismo surge no dia a dia da fábrica, posteriormente na expansão de princípios e costumes de fábrica a fábrica, dentro de uma lógica federalista de construção local, evitando assim a configuração de um grande Estado que viria a estatizar os avanços comuns de cada localidade. Para os dois o que surgiria do federalismo e da construção mutualista seria uma sociedade. Assim a ideia de instituição teria um duplo caráter, precisando ser abandonada a ideia conservadora que norteia o conceito, para assumir uma característica mais emancipadora. A tese práxis da instituição do comum é resumida na seguinte frase: *A práxis emancipadora é práxis instituinte ou atividade consciente de instituição* (Pg. 466).

O último capítulo do livro inaugura 9 proposições, que como já afirmamos não são presas a rigores técnicos, conforme os autores mesmo mencionam, mas sim tratam de proporcionar discussões e elaborar caminhos para uma possível instituição do Comum. Inicialmente seria preciso instituir a sociedade a partir da ideia de Co-obrigação + Co-decisão + Co-atividade. Essa primeira proposição necessita de um ideal novo de sociedade, onde o comum seria para quem participa do agir comum. A instrumentalização dessa sociedade viria da prática altruísta do trabalho, dentro das oportunidades de organização das empresas e cooperativas, sendo essas uma forma de libertação e de democracia. Essa reformulação total permitiria uma revolução completa no sistema, que se espalharia através federalismo pelas demais organizações.

Assim a nova organização da sociedade construirá uma democracia social, essa feita na base, no chão de fábrica. Democracia essa não meramente representativa, mas sim presente no debate do dia a dia do trabalhador e expandida para dimensões maiores na relação entre os trabalhadores. Os serviços públicos passam a ser instituições desse comum, geridos pelos próprios cidadãos e não presos ao Estado, que tem se demonstrado incapaz de suprir as necessidades coletivas ou mesmo impedir o avanço do mercado. Nesse avanço de perspectiva sem Estado, os autores apostam na constituição de Comuns globais, grandes inter-relacionamentos descompromissados com restrições de localidade positivas, mas sim baseados na ideia de respeito aos costumes.

A leitura final das proposições e das premissas que baseiam o livro permite pensar a narrativa de duas formas completamente diferentes. Uma mais pragmática, acreditando que de fato os autores pretendem criar uma redefinição do Comum como alternativa para o atual

sistema Neo-Liberal e uma segunda, onde o texto precisa ser entendido como uma declaração e princípio (no sentido de marco) de pensamento, não como um guia. O leitor que abrir a obra procurando uma solução para os problemas sociais atuais terá uma gigantesca decepção. Laval e Dardot constroem a narrativa do primeiro e segundo capítulo de forma a fazer crer que finalizarão a tese com um bem definido rol de alternativas, o que não se consolida no último capítulo. A maneira com que colocam em conflito ideias de diferentes autores ao longo da narrativa, dá um ar de superioridade ou até mesmo de próximo passo da teoria do Comum proposta, acontece que não é essa a intenção da obra.

O livro precisa ser lido de forma a entender o Comum como princípio, e esse por ser princípio não é fechado em conceitos detalhadamente pré-definidos. O *Comum* como obra se aproxima mais de uma declaração do que de fato um guia, algo que não é escondido em nenhum momento. A perspectiva de desconstrução proposta, por mais que talvez não tenha efetividade prática ou até mesmo não venha a ser testada no futuro, elabora uma crítica objetiva e bem construída ao atual sistema capitalista, assim como foge do clássico antagonismo proposto pelos socialistas burocráticos. Laval e Dardot possibilitam assim uma narrativa interessante e crítica quanto aos problemas do mundo e entregam a obra como uma sugestão, sugestão essa que ainda precisa ser garimpada, estudada e conforme os mesmos sugerem desenvolvida e aplicada.

A construção da proposta é toda configurada dentro do ramo das ideias, servindo os exemplos práticos mais para críticas do que de fato para embasamento. Essa perspectiva permite que os autores se afastem de experiências malsucedidas de utilização do Comum, pois basta alegar que estão falando do Comum como princípio e não como o conceito utilizado na época da tentativa. Esse meio de construção afasta a teoria das demais que visam a aplicabilidade, pois isola de críticas empíricas, jogando para o mundo metafísico o debate, local onde o embate dificilmente apresentará solução final e definitiva. É difícil acreditar que a soma de propostas e critérios (por vezes genéricos) que os autores acreditam de fato um dia virá a se consolidar, o permanente pessimismo dos dois ao longo da leitura e as constantes afirmações da capacidade evolutiva do capitalismo permitem a visão de que o Comum apenas seria integrado ao atual sistema de produção sem muita dificuldade.

Assim o livro mostra-se um completo relatório histórico cultural do conceito de Comum, primeiro como bem, depois como área comum, partindo para a ideia de serviço público e posteriormente como palavra de ordem. Para entender a obra o leitor precisa abandonar a perspectiva de que estará procurando ali uma solução, aceitando assim a ideia de que de fato os autores estão é propondo uma desconstrução. O que vira depois dessa desconstrução proposta? Qual a forma de construção que virá depois? Laval e Dardot até expõe algumas possibilidades,

mas o Comum como princípio ainda está aberto para suas formas de implementação. Talvez em um quinto livro dos dois autores, ou até mesmo de uma tentativa prática, mas por enquanto a obra atinge exclusivamente seu fim, como uma declaração de ideia.

## REFERÊNCIAS

**DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian.** Comum – Ensaio sobre a revolução do século XXI. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2017

**PENSADORES FRANCESES “LANÇAM A NOVA RAZÃO DO MUNDO”.** Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/04/1759203-pensadores-franceses-lancam-a-nova-razao-do-mundo-no-brasil-leia-trecho.shtml>. Acesso: 30/04/2018.

**HARDIN, Garrett.** The Tragedy of the Comuns. The Social Contract. Disponível em: [http://www.garretthardinsociety.org/articles\\_pdf/tragedy\\_of\\_the\\_commons.pdf](http://www.garretthardinsociety.org/articles_pdf/tragedy_of_the_commons.pdf). Acesso: 30/04/2018.

**ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken.** Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702015000100275](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100275). Acesso: 30/04/2018.

**DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian.** A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a sociedade Neoliberal. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2016

Recebido em: 21 set. 2018

Aceito em: 14 dez. 2018